

LEI MUNICIPAL N.º 1.292, DE 17 DE AGOSTO DE 2001.

Define normas de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana(IPTU) e das Taxas de Serviços Urbanos, relativos ao exercício 2001.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e as Taxas de Serviços Urbanos, exercício 2001, poderão ser pagos:

I. à vista, em única parcela, com desconto de 25% (vinte e cinco por cento), até o dia 20 de setembro de 2001; ou

II. em três parcelas, sem descontos, vencíveis em 20 de setembro, 20 de outubro e 20 de novembro de 2001.

Art. 2º. Para efeito do previsto no inciso II, do artigo anterior, o número de parcelas poderá ser reduzido de modo que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 15,00 (quinze reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 17 de agosto de 2001.

JOSÉ MAURO STABILE
Prefeito Municipal